

DO QUILOMBO AO CANAVIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NUMA COMUNIDADE DO MÉDIO JEQUITINHONHA

José Eustáquio de Brito - UEMG

Agência Financiadora: FAPEMIG

Introdução

O processo instituinte desencadeado ao longo do segundo semestre de 2011, por iniciativa do Conselho Nacional de Educação, visando a construir as bases para o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica foi composto por momentos privilegiados de interlocução entre lideranças de comunidades quilombolas, militantes do movimento social negro, pesquisadores e educadores de várias regiões do País e gestores públicos situados em várias esferas de governo. Em pauta, promovia-se o debate acerca das estratégias necessárias à garantia do direito constitucional à educação das populações habitantes de comunidades quilombolas. Nesse período, foram realizadas audiências públicas nos municípios de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão e em São Francisco do Conde, Bahia, concluindo a fase preliminar de consultas com a audiência pública ocorrida em Brasília, em novembro desse mesmo ano.

O texto de referência produzido com a finalidade de subsidiar os debates nessas audiências públicas reconhece que “a Educação Escolar Quilombola não pode prescindir da discussão sobre a realidade histórica e política que envolve a questão quilombola no país” (Brasil, 2011, p. 08). Essa realidade, constituída ao mesmo tempo de configurações locais e regionais particulares, bem como de referências históricas comuns, situam essas comunidades como herdeiras de um passado marcado pela resistência ao regime escravista que se manifesta, por exemplo, em sua territorialidade:

As comunidades quilombolas ocupam os sítios localizados atualmente nos espaços rural, urbano e periurbano do Brasil; constituem territórios étnicos de resistência secular; de identidade marcante; de resgate

histórico e de manutenção das heranças africanas sobreviventes no país. As questões desses sítios tradicionais se configuram como emergenciais por constituírem, sobretudo, espaços de risco de desestruturação social, econômica, política e territorial do sistema do Estado brasileiro. O processo de reconhecimento e regularização oficial desses territórios étnicos de matriz africana constituem um dos principais resgates, ainda necessário e pendente, da territorialização da população afro-brasileira (Anjos, 2009, p. 09).

Nesse sentido, a reflexão acerca das configurações do mundo do trabalho nas comunidades quilombolas apresenta para as políticas públicas de forma geral, e para a política educacional em particular, um ingrediente indispensável para a compreensão dos desafios postos a essas comunidades. Para que seja possível alcançar uma compreensão crítica acerca da realidade histórica, num contexto de risco de desestruturação social, econômica, política e territorial não do sistema do Estado brasileiro, mas das próprias comunidades, torna-se necessário situar a dinâmica produtiva dessas comunidades em sua relação de subordinação à estrutura do mercado de trabalho nacional.

O objetivo desse artigo é refletir sobre a configuração do mundo do trabalho na Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro, município de Berilo, Minas Gerais, destacando as oportunidades de inserção ocupacional de jovens habitantes dessa comunidade de modo a derivar dessa análise questões que incidem sobre a implementação da modalidade da Educação Escolar Quilombola nessa comunidade, conforme determinado pela Resolução 08/2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Num primeiro momento, o texto da Resolução será analisado a partir da relação nele estabelecida entre as dimensões do trabalho e da educação escolar quilombola. Em seguida, tendo em vista um conjunto de evidências coletadas a partir do trabalho de campo da pesquisa em curso sobre educação

escolar quilombola em Minas Gerais¹, será apresentado um quadro dos desafios presentes na dinâmica desse território quilombola de modo a considerar a sistemática migração sazonal da população jovem em busca de oportunidades de trabalho em regiões canavieiras e cafeeiras do Sudeste e Centro-Oeste do País. A título de conclusão, serão tecidas considerações sobre a necessidade de inserir a Educação Escolar Quilombola num quadro mais amplo em que a questão do modelo de desenvolvimento das comunidades quilombolas seja capaz de se articular a outros princípios que norteiam a implementação dessa modalidade da educação básica.

O tema do trabalho na Resolução sobre educação escolar quilombola

A audiência pública realizada em Brasília em novembro de 2011, que encerrou o ciclo de consultas sobre a construção do texto da Resolução sobre a Educação Escolar Quilombola revelou aos membros do Conselho Nacional de Educação e autoridades públicas presentes que, na concepção das lideranças quilombolas que tomavam assento do auditório do Conselho, legislar sobre o tema em questão se constituía numa oportunidade para adentrar numa realidade desafiadora em que a educação é parte de um conjunto de demandas historicamente reivindicadas por essas comunidades. Fizeram-se representar nessa audiência o movimento social quilombola de várias regiões do país, bem como instituições de ensino superior, secretarias de educação e órgãos públicos que desenvolvem ações de interesse das populações quilombolas.

¹ Trata-se do projeto de pesquisa intitulado “Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). A pesquisa em andamento analisa as condições para a implantação da modalidade de educação escolar quilombola em Minas Gerais considerando experiências em curso e situações incipientes, de modo a responder as seguintes questões: Que conflitos estão abertos na ação dos movimentos sociais negros no sentido da construção da educação escolar quilombola? Que dilemas se instauram? Que destabilizações são produzidas no âmbito das políticas educacionais municipais? Que respostas estão sendo construídas pelos atores sociais envolvidos nessa implementação?

As intervenções feitas durante a audiência pública de Brasília, especialmente pelos representantes das comunidades quilombolas, via de regra, apontavam que o debate sobre a educação dizia respeito ao grau de precariedade perceptível nas formas históricas de produção e reprodução da vida nas diversas comunidades quilombolas dispersas pelo país. Uma questão que foi objeto de várias intervenções por parte dos presentes dá conta de que a educação escolar quilombola extrapola os limites da política educacional. O reconhecimento das comunidades quilombolas por parte dos poderes públicos, com a demarcação das terras e registro de titularidade é uma condição fundamental para a implementação de políticas públicas nessas comunidades. Por isso, a luta pela educação escolar quilombola se alia a outras frentes de luta em que essas comunidades encontram-se inseridas. Nesse sentido, discutir as proposições que balizariam as diretrizes nacionais para a educação escolar quilombola se revestiria de uma importância política capaz de proporcionar uma reflexão crítica sobre a situação histórica de abandono a que essas comunidades têm sido relegadas pelo poder público. Dessa forma, os representantes das comunidades quilombolas apontavam para os presentes que, para além das considerações a serem feitas sobre as formas de organização e funcionamento da escola quilombola, fazia-se necessário incorporar no texto questões que aludissem à dinâmica do mundo do trabalho como parte fundamental do processo de reprodução da vida.

Em conformidade com o preceito constitucional e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução da Educação Escolar Quilombola reconhece, como parte integrante de seus princípios, “o trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola” (Art. 7º, Inciso XVIII), bem como o “direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o reconhecimento, valorização e continuidade” (Art. 7º, Inciso XVII). Esse reconhecimento, no entanto, no texto da Resolução, aponta para a necessidade de promover a adequação da educação escolar quilombola com um modelo de desenvolvimento compatível com as características dessas

comunidades de modo a expressar o conjunto de valores presentes nas formas de sociabilidade historicamente constituídas nas relações estabelecidas com o território. Essa prerrogativa apresenta-se no texto a partir do princípio que reconhece o

direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as formas de produção do trabalho e de vida (Art. 7º, Inciso X).

A referência ao trabalho como princípio educativo pressupõe a sua tradução nas etapas e modalidades em que se organiza a educação escolar quilombola. De acordo com o texto da Resolução, o *locus* privilegiado de manifestação desse princípio encontra-se nas formas de organização e funcionamento do Ensino Médio, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Elencam-se, abaixo, alguns exemplos de manifestação desse princípio tendo por critério as etapas e modalidades da educação básica presentes na Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro, onde se desenvolve a pesquisa em curso:

No Ensino Médio:

Art. 19. As unidades escolares que ministram esta etapa da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem estruturar seus projetos político-pedagógicos considerando as finalidades previstas na Lei 9.394/96 visando:

(...) **Inciso II.** à preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

(...) **Inciso IV.** à compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática.

Art. 20. O Ensino Médio na Educação Escolar Quilombola deverá proporcionar aos estudantes:

Inciso I. participação em projetos de estudos e de trabalho e atividades pedagógicas que visem o conhecimento das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura próprios das comunidades quilombolas, bem como da sociedade mais ampla.

Na Educação de Jovens e Adultos:

Art. 23. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) caracteriza-se como uma modalidade com proposta pedagógica flexível, tendo finalidades e funções específicas e tempo de duração definido, levando em consideração os conhecimentos das experiências de vida dos jovens e adultos, ligadas às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao mundo do trabalho.

Complementa esse artigo de caracterização da EJA na modalidade da Educação Escolar Quilombola uma referência à Educação Profissional que é importante ser destacada:

Parágrafo 4. Na Educação Escolar Quilombola, as propostas educativas de EJA, numa perspectiva de formação ampla, devem favorecer o desenvolvimento de uma Educação Profissional que possibilite aos jovens, adultos e idosos quilombolas atuar nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios.

O texto da Resolução 08/2012, como é possível perceber a partir do conteúdo dos fragmentos citados, aponta para o vínculo entre trabalho e educação visando ao fortalecimento das formas de vida nas comunidades quilombolas. Essa relação se explicita no texto quando, ao tratar da elaboração do Projeto Político Pedagógico na Educação Escolar Quilombola, a Resolução destaca que esse Projeto “deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas” (Art. 32). Para tal, deverá considerar “os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho,

as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola” (Parágrafo 2º, Inciso II).

O caráter geral e abrangente do ordenamento jurídico objeto dessas considerações apresenta-se como uma referência para a análise de situações particulares que dizem respeito à dinâmica de comunidades quilombolas historicamente situadas e datadas. As prerrogativas contidas na Resolução devem ser, pois, confrontadas com as mais diversas configurações que adquire o mundo do trabalho nas comunidades quilombolas, levando-se em consideração o quadro de oportunidades ocupacionais apresentado aos segmentos que compõem a população economicamente ativa dessas comunidades, com destaque para a população jovem. Dessa forma, no próximo tópico, serão apresentadas algumas considerações sobre a Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro.

Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro: entre ausências e urgências

A realização do trabalho de campo da pesquisa foi precedida da fase de levantamento de dados que indicaram aspectos da situação vivenciada por comunidades quilombolas de Minas Gerais em relação à população, abrangência e dispersão territorial, bem como à situação educacional declarada por gestores públicos e apuradas pelo Censo Demográfico (Ibge) e pelo Censo Escolar (Inep). De acordo com Miranda, a partir de dados sistematizados em 2008 e atualizados em 2011,

No caso de Minas Gerais, constata-se a presença de 403 comunidades, das quais 145 se encontram certificadas, e apenas uma alcançou a titularidade. Esse índice coloca o estado de Minas Gerais em terceiro lugar nacional em relação ao número de comunidades certificadas até 2011. O atendimento escolar em áreas remanescentes de quilombos sinaliza um total de 140 escolas, entre estaduais, municipais e privadas (Miranda, 2012, p. 375).

Ainda de acordo com Miranda (2012, p. 376), “a concentração do atendimento escolar em áreas de comunidades remanescentes de quilombos certificadas [em Minas Gerais] situa-se nos anos iniciais do ensino fundamental”. Conforme as informações sistematizadas a partir da consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), havia, em 2010, 283 (duzentos e oitenta e três) estudantes atendidos no Ensino Médio em áreas de comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Minas Gerais. A Escola Estadual de Santo Isidoro contribui para a conformação desse quadro.

Situada no município de Berilo, localizado na Região do Médio Jequitinhonha, a Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro apresenta-se como um dos territórios de maior expressão histórico-cultural da cidade. A Comunidade encontra-se certificada desde o ano de 2006 pela Fundação Cultural Palmares. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010, a cidade de Berilo tem uma população de 12.300 (doze mil e trezentos) habitantes numa área de 587 km². Na década anterior, o Censo de 1991 havia contabilizado uma população de 17.745 (dezessete mil, setecentos e quarenta e cinco) habitantes. A comparação dos dados apurados pelos Censos revela que no intervalo de uma década o município de Berilo teve sua população reduzida em aproximadamente 30% (trinta por cento)².

De acordo com dados reunidos sobre comunidades quilombolas em Minas Gerais pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), “há aproximadamente 80 (oitenta) famílias residindo na Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro, que possui escola de ensino fundamental e médio, energia elétrica, telefone público e uma casa de farinha³”. Além dessas informações, a partir do trabalho de campo da pesquisa, pode-se perceber

² Cf. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310650#>. A página do IBGE referente ao município de Berilo, Minas Gerais, disponibiliza informações sobre a dinâmica econômica do município, destacando o peso das atividades do setor agropecuário e de serviços.

³ Cf. http://www.cedefes.org.br/index.php?p=projetos_detalhe&id_pro=146. Informações adicionais sobre essa comunidade podem ser acessadas nesse sítio.

que o território quilombola em questão recebe sinal de operadora de telefonia celular (Oi), além de quase totalidade de suas residências receberem sinal de televisão via antena parabólica⁴.

Situada na região do Médio Jequitinhonha, a cidade de Berilo enfrenta os desafios postos aos outros municípios que compõem a região dadas as características climáticas, ocasionando baixos índices pluviométricos durante o ano, e a concentração da propriedade fundiária, repercutindo em oportunidades ocupacionais limitadas, principalmente para a população jovem. De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha⁵,

O Território é caracterizado pelo clima semi-árido, que determina a maioria das condicionantes climáticas, com predominância do bioma caatinga e ocorrências de cerrado e mata atlântica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia entre 0,595 e 0,689, sendo a média de 0,651, sendo que a média de Minas Gerais é de 0,774. Com índice de pobreza em torno de 46%, os municípios têm alto índice de população rural e a agricultura familiar tem participação expressiva na mão-de-obra rural, mas em contrapartida verifica-se alto índice de concentração fundiária e forte migração da população rural (Apta, 2010, p. 12).

Na Vila de Santo Isidoro encontra-se presente uma das mais importantes expressões culturais do município de Berilo: trata-se da Banda Filarmônica da Comunidade Quilombola de Santo Isidoro, que promove a formação musical de jovens da comunidade em estreita relação com a escola estadual instalada no território. Tal comprometimento se deve ao fato de a maioria dos integrantes

⁴ Para os propósitos dessa reflexão, é importante destacar que o sinal captado pelas antenas parabólicas instaladas nas residências dá acesso às programações que veiculam conteúdos do estado de São Paulo, de modo que as referências em relação a preferências dos jovens quanto a clubes de futebol, por exemplo, sistematicamente fazem alusão a clubes paulistas.

⁵ Esse Plano foi realizado pelo Colegiado Territorial no período de setembro de 2009 a agosto de 2010, viabilizado pelo Contrato de repasse (266.654-25/2008) entre a Articulação para Transformações e Aprendizagens Apta (MG) e a Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Plano do Médio Jequitinhonha é um dos quatro Planos qualificados em Minas Gerais no ano de 2010, sendo os outros três o Noroeste de Minas, Serra Geral e Vale do Mucuri.

da banda serem estudantes ou egressos da escola quilombola. Durante a realização da primeira fase do trabalho de campo da pesquisa, em julho de 2012, a Banda Filarmônica fez uma apresentação para a Equipe de pesquisadores. Nessa oportunidade, indagada sobre o significado da Banda Filarmônica para a escola, a diretora da escola assim se expressou:

Eu acho muito importante a presença da banda na comunidade quilombola, sabe por que? Porque até a organização, a disciplina, o aprendizado, tudo isso faz parte desse trabalho realizado pela banda. Tem a questão sentimental, a sensibilidade. A música, vocês sabem, é tudo isso. Eu acho muito importante... é um ganho para nós da escola a presença dessa banda. Eu me emociono quando vejo esses meninos tocando porque todo mundo passou pelas minhas mãos como aluno, como o Idelfonso⁶, o maestro. Eu me emocionei por isso...(Diretora - julho de 2012)

Não obstante o papel desempenhado pela Banda Filarmônica da Comunidade Quilombola de Santo Isidoro na preservação de uma tradição cultural, que se atualiza de geração a geração na comunidade, na socialização e incentivo à formação profissional dos jovens através da música, a quase ausência de oportunidades ocupacionais na comunidade tem forçado a migração sazonal da população masculina para áreas de cultivo de cana e de café, nas regiões Sudeste e Centro Oeste do país. O fluxo migratório é visto pelos mais jovens como única alternativa de sobrevivência, dadas as condições precárias oferecidas para a reprodução da vida através do trabalho na comunidade quilombola. Essa situação pode ser percebida a partir da fala de um morador da comunidade:

Vocês estão falando sobre a questão dos recursos, questão financeira? Se você vê a vontade que o pessoal tem de trabalhar, às vezes eles querem

⁶ Idelfonso Alves dos Reis, regente da Banda Filarmônica, ocupa o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na escola. Após a realização de suas atividades cotidianas no exercício desse cargo, ele, então, dispõe de seu tempo livre para ministrar aulas teóricas de música e orientar os integrantes da banda na execução de seus instrumentos. Além disso, com formação autodidata na área de música, tornou-se responsável pela maioria dos arranjos executados pela Banda.

ficar aqui mesmo, mas falta recurso. Aquele moço [fala apontando para um senhor da Comunidade], ele está tentando montar um alambique, uma coisa maior, mas como é que ele tem que fazer para juntar, ele tem que sair daqui, trabalhar lá fora pra juntar um dinheirinho pra ver se consegue aumentar isso aí... se eu ficar só naquilo ali, pra subsistência, não dá. Às vezes quer fazer uma casa, uma coisa maior... não consegue (Liderança Quilombola - julho de 2012).

Nas narrativas elaboradas por algum de nossos interlocutores em relação ao problema da migração do segmento jovem da comunidade quilombola, encontram-se também referências a transformações ocorridas nas aspirações de consumo, que contrastam com o ideário das gerações passadas:

Quando eu era mais nova, se eu tivesse essa roupa pra vestir e a comida para comer, estava bom! Hoje eles [os jovens] já têm outros desejos. O sonho é ter uma moto; se o outro tem, eles também querem ter. Eles têm esses anseios (...). esses jovens ainda têm essa dificuldade, porque pensam que nós estamos em outro tempo. Estamos no tempo do consumismo. Então, mesmo que as famílias já melhoraram de condições de vida, hoje não tem mais uma família como a gente tinha antes. Mais ainda assim, é difícil para eles. Eles pensam assim: “eu vou tirar cinco anos da minha vida para estudar? O que é que eu vou fazer? O que é que eu vou vestir? Como eu vou andar? Então eles, no meu ponto de vista, eles pensam nisso... (Professora - julho de 2012)

Apesar de haver no momento atual um conjunto de ações na Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro visando a contribuir para o combate à pobreza e à promoção de potencialidades locais de desenvolvimento⁷, a

⁷ Identifica-se como exemplo de ação em curso na Comunidade Quilombola o Programa Brasil Sem Miséria, desenvolvido pelo Governo Federal. De acordo com Dedecca (2012, p. 114), “a iniciativa propõe fazer atendimento integral da população com renda *per capita* familiar de até R\$ 70,00. (...) O programa amplia o escopo da política de combate à pobreza, ao considerá-la como problema multideterminado. Isto é, somente será superada se forem estabelecidas condições de acesso permanente a bens e serviços públicos e à atividade produtiva, seja via mercado de trabalho seja como produtor ou trabalhador independente”.

realidade da migração sazonal dos mais jovens apresenta para a comunidade uma situação que desafia a construção de alternativas de trabalho e sobrevivência dignas no território quilombola. A migração para áreas de cultivo da cana é agenciada por uma série de intermediários das usinas processadoras da cana-de-açúcar que, a partir de um perfil de trabalhadores previamente construído, encontra na comunidade quilombola espaço fértil para o recrutamento de trabalhadores temporários.

De acordo com Novaes (2007, p. 169), “a expansão da agroindústria canavieira está relacionada com as boas perspectivas do mercado internacional do álcool, como alternativa de energia renovável e menos poluidora que o petróleo”. Essa expansão, entretanto, tem contribuído para aprofundar a dualidade do mercado de trabalho no setor fazendo coexistir, às vezes num mesmo empreendimento agrícola, dois sistemas de corte nos canaviais: o sistema de corte manual, caracterizado pela intensificação do trabalho manual, e o sistema mecanizado, que no quadro de modernização tecnológica é caracterizado pelo uso de equipamentos nessa fase do ciclo de produção. Ainda de acordo com o autor,

No sistema manual de corte (...) o tipo de contrato de trabalho é por tempo determinado, contrato safrista. Nesse tipo de contrato, os trabalhadores não recebem, por lei, o seguro desemprego no final do contrato. No corte manual, os trabalhadores não estão subordinados e dependentes do ritmo da máquina, não são apêndices da máquina. Para a seleção dos trabalhadores no sistema de corte manual, priorizam-se os critérios de habilidade, a destreza, a força e a resistência física e o local de moradia distante do local de trabalho. A força física e a destreza são critérios imprescindíveis para assegurar o aumento da produtividade nesse sistema de corte que supõe a intensificação do ritmo de trabalho. No sistema de corte manual não houve substituição do instrumento de trabalho, o facão continua sendo o instrumento de trabalho. As inovações se limitam a melhorias na lâmina e no cabo (Novaes, 2007, p. 171).

O programa Brasil sem Miséria é uma iniciativa, portanto, que aborda a pobreza em uma perspectiva multidimensional, associando o problema a diversas políticas sociais e exigindo destas a articulação horizontal de programas e ações.

Dadas as características das atividades desenvolvidas no sistema de corte manual da cana, cumpre-nos indagar sobre que perfil de trabalhador estaria sendo requisitado pelos empresários agrícolas para realizar o corte manual da cana. Recorremos mais uma vez a Novaes para descrever esse perfil de trabalhador:

Os trabalhadores que chegam do Nordeste possuem um perfil condizente com o que se precisa hoje para o corte manual. Segundo eles próprios, por terem sido, desde crianças, socializados no árduo e duro trabalho da agricultura na sua região de origem, o trabalho no canavial não os assusta. Além disso, segundo relato dos técnicos das usinas, eles são preferidos pelos usineiros por serem mais dedicados ao trabalho e gratos aos empregadores pela oportunidade do emprego, inexistentes em suas regiões. A necessidade premente de ganhar dinheiro, para assegurar a subsistência da família distante, tem funcionado como um freio que os torna mais tolerantes com descumprimentos de leis trabalhistas, com as injustiças e as distorções que ocorrem nas medições feitas pelo fiscal de turma em sua produção diária no corte da cana (*Idem*, p. 171).

As considerações feitas por Novaes acerca da origem geográfica dos trabalhadores do corte manual da cana-de-açúcar, no contexto que poderíamos apontar como de “modernização conservadora” do modelo de desenvolvimento em curso, evidenciam as articulações presentes nos fluxos do território que aproximam comunidades quilombolas - caracterizadas pela ausência de estratégia endógenas de desenvolvimento - das condições de trabalho que remontam ao passado colonial e escravista. A constatação de que o desequilíbrio econômico entre as regiões do país apresenta-se como um fator a impulsionar as migrações sazonais necessita ser melhor qualificada para que se torne possível a indagação acerca das pretensões manifestas pela Resolução da Educação Escolar Quilombola quando busca articular trabalho e educação. No próximo tópico, a título de conclusão, serão apresentadas algumas considerações sobre as perspectivas da Educação Escolar Quilombola

no contexto caracterizado pelo avanço das lutas sociais em prol do reconhecimento do direito à diferença num quadro de desequilíbrio regional.

Considerações finais

Ao assumir como ponto de partida da reflexão sistematizada nesse artigo a relação entre trabalho e educação com base no texto da Resolução que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica, buscou-se uma aproximação entre o campo normativo e uma configuração histórica particular a qual se destinam as prerrogativas em questão. O texto da Resolução exhibe um conjunto de referências que, corroborando princípios consagrados em outros documentos, reafirma o princípio educativo do trabalho, que também se incorpora à concepção da educação escolar quilombola.

No entanto, as considerações feitas sobre a dinâmica do mundo do trabalho na Comunidade Quilombola da Vila de Santo Isidoro evidenciam que esse princípio, para que seja capaz de orientar ações em prol do desenvolvimento sustentável do território quilombola, demanda ser confrontado com os desafios postos à reprodução da vida nas comunidades historicamente situadas.

Nesse sentido, evidências até o momento reiteradas a partir do trabalho de campo da pesquisa em curso sobre educação escolar quilombola em Minas Gerais, apontam que, frente a ausências ou insuficiências de medidas visando ao desenvolvimento sustentável dessas regiões, percebe-se uma tendência à desagregação das relações sociais que estruturam e conferem identidade às comunidades que habitam territórios quilombolas. A migração sazonal de jovens negros da comunidade quilombola estudada para as regiões de cultivo de cana-de-açúcar apresenta-se, no escopo da pesquisa, como sintoma da divisão racial do trabalho numa sociedade que se estruturou historicamente sobre os pilares do trabalho escravo. Além disso, tal situação exhibe os traços

raciais da pobreza persistente no País, sobretudo em regiões rurais. O enfrentamento desse quadro demanda um conjunto de medidas que, de acordo com Dedecca (2012, p. 114) adotem uma “perspectiva multidimensional da pobreza”, de modo a incorporar, como parte dessa perspectiva, uma leitura crítica acerca do modelo de desenvolvimento assentado nas formas de manifestação das desigualdades raciais.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: geografia africana - cartografia étnica - territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. *Texto referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*, 2011. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>. Acesso em 25 de agosto de 2012.

BRASIL. APTA. Conselho Territorial. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano territorial de desenvolvimento sustentável - Médio Jequitinhonha (MG). Brasília: MDA, nov. 2010.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Contribuições para a agenda de combate à pobreza rural. In: BUAINAIN, Antonio Marcio [et. al.]. *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 16), p. 107 - 120, 2012.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPEd; Campinas, Autores Associados, v. 17, nº 50, p. 369 - 383, 2012.

NOVAES, José Roberto Pereira. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 21, nº 59, p. 167 - 177, 2007.